



## Ministério do Turismo Conselho Nacional de Turismo

ATA DA 42ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE  
TURISMO, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE  
2013, EM BRASÍLIA-DF.

**Abertura da reunião pelo Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Turismo, Sr. Vinicius Lummertz, com a presença do *Excelentíssimo Ministro de Estado do Turismo, Senhor Gastão Dias Vieira, presidente do Colegiado.***

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 9h30, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília – DF é realizada a 42ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Secretário Nacional de Políticas de Turismo e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Turismo, Sr. Vinicius Lummertz, que dá boas-vindas aos senhores ministros Gastão Vieira e Manoel Dias. Inicia a sessão, solicita a verificação de assinatura dos conselheiros no livro de presença e declara a existência de quórum. Agradece, cumprimenta todos os conselheiros presentes, companheiros de Ministério, e passa a palavra ao Ministro do Estado de Turismo e presidente deste Conselho Nacional de Turismo, Gastão Dias Vieira, para realizar a abertura oficial da 42ª Reunião do CNT. O **Ministro de Estado do Turismo, Sr. Gastão Dias Vieira** cumprimenta a todos e a todas, e declara aberta a 42ª Reunião do Conselho Nacional de Turismo. Solicita que o secretário executivo do Conselho, Sr. Vinicius Lummertz, prossiga com os trabalhos da reunião. O **Secretário Vinicius Lummertz** pede inversão de pauta, para apresentar no início da reunião o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, convidado do Ministro Gastão Vieira e do Conselho em participação especial. O **Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias** saúda o Ministro do Turismo, Secretários, demais autoridades e conselheiros. Considera ser o turismo um setor fundamental em resposta às demandas da sociedade, incorporando milhões de brasileiros a cada mês, com geração permanente de novos postos de trabalho. Lembra que a primeira coisa que um trabalhador brasileiro faz, quando ascende econômica e socialmente, é uma viagem e que o lazer faz parte dos direitos da pessoa. Ressalta que há alguns anos o trabalho de curta duração representa uma grande reivindicação do setor e que agora encontrou uma solução que permite atender a demanda com segurança jurídica para o trabalhador e empregador, na realização de qualquer atividade que requer períodos específicos de contratação. O Ministério do Trabalho através de uma comissão tripartite representada por trabalhadores, empregadores e governo elaborou uma proposta que deve ser objeto de Medida Provisória encaminhada à Casa Civil a ser submetida ao Congresso Nacional, para discussão e aprovação, por demandar alteração no art. 445 da CLT. A proposta cria o art. 445-A que estabelece normas para o trabalho de curta duração, com um período de no máximo 14 dias seguidos, com prazo até 60 dias, possibilitando realizar 60 contratos de um dia, com dispensa de assinatura da Carteira de Trabalho. Essa medida permite formalizar milhares de empregos que hoje estão na informalidade e, certamente, estimular a criação de novos postos. Relata que o trabalho temporário foi a proposta alvo de uma nota articulada entre as Secretarias de Relações do Trabalho e de Inspeção do Trabalho, do Ministério, a ser enviada ao Congresso. Sugere estabelecer uma ação conjunta entre o Ministério do Trabalho, do Turismo, dos Esportes, outros Ministérios, o Conselho Nacional de Turismo e órgãos oficiais de turismo, para buscar o compromisso das bancadas no Congresso Nacional para aprovação, em caráter de urgência, de uma MP a ser sancionada pela presidenta no menor prazo possível. Acredita que é uma mudança importante, não haverá precarização e nem subtração de nenhum dos direitos, apenas a formalização de uma atividade que já existe, e que é necessária, porque atende os interesses dos trabalhadores brasileiros. Quanto aos navios, informa que a demanda chegou ao Ministério do Trabalho há 30 dias, reuniões foram feitas e outras estão programadas para o dia 05 com as centrais e dia 10 com a comissão tripartite, no sentido de ouvir as propostas e solucionar os problemas. Coloca-se disponível no Ministério do Trabalho, que a orientação de gestão é ouvir, discutir para avançar e trazer melhorias. Realça que a função do Ministério não é punir, mas contribuir, e que no momento atende as recomendações da Presidenta Dilma Rousseff para criar condições decentes de atendimento aos trabalhadores. Diz que o Programa Viaja Mais tem o FAT incluído na proposta do Ministério para criar facilidades ao trabalhador brasileiro, para permitir oportunidades de viagem na baixa estação. Reitera

os agradecimentos. O **Secretário Vinícius Lummertz** agradece em nome do Conselho Nacional de Turismo, destaca que dentre tantas reivindicações do setor, o trabalho de curta duração para o turismo brasileiro deve equiparar o Brasil, em competitividade, às principais potências da Europa. Entrega cópia do Plano Nacional de Turismo ao Ministro Manoel Dias e ao Secretário do MTE, Paulo Sérgio dos Santos, para que compreendam a grande meta de transformar o Brasil de sexta economia mundial do turismo para terceira, em 2022. Na proposta do Programa Viaja Mais Trabalhador, ressalta a necessidade do apoio da ABAV, ABIH e BRAZTOA na construção do projeto. Aproveita e agradece a presença do Ministro Manoel Dias. O **Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** lembra que o trabalho intermitente é um desafio maior do que o trabalho de curta duração e manifesta que o Conselho deve continuar determinado nessa direção, porque o setor de serviços precisa dar emprego aos jovens, permitindo que trabalhem e estudem, uma demanda que o trabalho de curta duração não atende. Questiona se a proposta contempla a possibilidade de promover escala móvel, pois é hoje o grande desafio na contratação de mão de obra, mesmo de curta duração, porque eventualmente o setor precisa do trabalhador no período da tarde em um dia e em outro dia no período da manhã. Enfatiza que o mundo inteiro possui o trabalho intermitente e indaga se a escala móvel está contemplada no trabalho de curta duração. O **Secretário Paulo Sérgio dos Santos (MTE)** diz que o trabalho intermitente requer um pouco mais de dificuldade, porque existem várias possibilidades no sentido de que o trabalhador fique à disposição do empregador, numa espécie de banco de reserva. É um trabalho que difere do de curta duração em relação ao padrão da legislação trabalhista brasileira, é algo ainda em fase de discussão e avaliação na busca de soluções para as demandas apresentadas pelo setor ao Ministério. Diz que o Ministério do Trabalho atua sempre dialogando com o setor empresarial e com os trabalhadores, numa construção que leva um pouco mais de tempo, mas que carrega legitimidade, acordo e consenso. Realça que o trabalho intermitente, de fato, ainda é um processo de debate interno, não existe uma posição para entregar ao setor quanto a esse tipo de prestação de serviço. O **Ministro Manoel Dias** pede para que as coisas se agilizem e enfatiza que o Conselho tem grande contribuição a dar, porque são questões objetivas. Entende que existe a lei e que não pode precarizar o trabalho, mas as medidas desde que bem elaboradas podem até beneficiar o trabalhador. Considera ser preciso buscar a solução e sugere marcar uma reunião rapidamente, e que os representantes do Conselho formulem propostas bem elaboradas para discutir e agilizar o processo. O **Secretário Paulo Sergio dos Santos (MTE)** pede explicações sobre o que é escala móvel, porque na proposta original o contrato de curta duração pode ser feito pelo número de dias que o empregador quiser, em comum acordo com o trabalhador, no máximo até 14 dias corridos. Informa que um contrato de trabalho de um dia, e no outro dia um novo contrato é curta duração, porque na verdade não se somam para fazer um contrato único, mas para que o limite de 60 dias por ano não seja extrapolado, ressalta que pode ser de um a 14 dias. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** reitera o questionamento colocado pelo conselheiro Paulo Solmucci, que é se em um contrato com carga horária de 8 horas diárias, respeitando os pressupostos da CLT, o mesmo funcionário, em outro contrato, no dia seguinte, pode reiniciar o trabalho com escala de menos de 11 horas de diferença. O **Secretário Paulo Sergio dos Santos (MTE)** considera a pergunta específica, que o Ministério ainda não entrou no detalhamento da proposta, mas como primeira reação não poderia, porque a legislação determina o intervalo de 11 horas entre as jornadas, uma medida de recomposição das energias do trabalhador para evitar riscos de acidente, etc. e não está previsto na proposta do Ministério do Trabalho. A **Sra. Rosalina Gonçalves (CONTRATUH)** em função da proposta não estar ainda definida, entra no mérito do trabalho intermitente, mas como representante dos trabalhadores considera que a interjornada é perigosa e que pode causar problemas não só ao trabalhador, mas também para a empresa, porque acidentes de trabalho podem ocorrer devido à sobrecarga de trabalho. Ressalta que a CONTRATUH certamente participará do debate, mas de antemão diz que é contrária, conforme registro na reunião anterior. O **Ministro Manoel Dias** fala que certamente os representantes dos trabalhadores serão convidados para a discussão e que é fundamental a participação do setor para contribuir na elaboração da proposta. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** comenta sobre a importância de atrair divisas internacionais e gerar empregos no Brasil, exemplifica com o segmento de cruzeiros internacionais, diz está prejudicado pela questão dos 25%. Porque cruzeiros de viagem de volta ao mundo, segundo a legislação, se fizerem parada em três portos brasileiros são obrigados a terem 25% do quadro de trabalhadores locais. Pede que também estenda a análise para a isenção dos cruzeiros internacionais. O **Ministro Manoel Dias** informa que essa demanda já está resolvida pela Portaria nº 125 de 17 de setembro de 2013. O **Secretário Vinícius Lummertz** reitera que o assunto já está resolvido, a portaria citada retirou a exigência dos 25%, que era grave, não como ideia de registrar os brasileiros, mas representava um problema devido a necessidade de colocar mil pessoas capacitadas em tarefas específicas nos navios de um dia para a noite. Comenta que não seria por força de lei que se conseguiria construir isso, mas pela lógica de mercado e que essa foi mais uma vitória a ser ampliada, pois não haverá tais exigências durante os eventos esportivos com os navios embarcados e desembarcados no Brasil. Pede desculpas por não haver difundido o assunto adequadamente. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** diz que a Embratur deveria ter aproveitado essa portaria para começar um trabalho internacional, junto aos eventos do setor para atrair os cruzeiros, que até agora o processo não foi iniciado e que poderiam usar como um ativo de captação. O **Secretário Vinícius Lummertz** lembra que isso está sendo feito, a ABREMAR está construindo um novo cenário, mas que leva tempo para maturar e que o conselheiro tem razão quanto a preocupação, informa que o assunto já está na segunda fase, com a hospedagem alternativa. Na continuidade da reunião, trata da assinatura de Portarias do Ministério do Turismo que há muito tempo vem sendo trabalhadas, como a de Fiscalização, a do Mapa do

Turismo e a dos Transportes Turísticos. Informa que a Portaria dos Guias de Turismo ficará para o mês seguinte e que atende o conjunto das reivindicações da FENAGTUR. Enfatiza que as Portarias fazem parte das discussões do Conselho e Câmaras Temáticas e podem ser modificadas ao longo do tempo, necessitando apenas de ajustes internos no Ministério, a partir da sua aplicação. A Portaria de Fiscalização está relacionada aos prestadores de serviços turísticos do país, e visa atender o disposto na Lei Geral do Turismo e no Decreto que a regulamenta, quanto à averiguação *in loco* de infrações, permitindo a aplicação de eventuais penalidades. Representa a garantia de concorrência justa e o reconhecimento da regularização perante determinações legais do setor, ou seja, da própria lei atual e da futura lei reformulada, permitindo a garantia da qualidade. A **Sra. Irma Karla Barbosa (FENAGTUR)** em função dos cinco anos para renovação do CADASTUR, pede para atrelar à Portaria um curso de qualificação do profissional, porque no intervalo de cinco anos é difícil saber se o mesmo ainda está no mercado de trabalho ou se apenas possui a credencial. O **Secretário Vinícius Lummertz** acolhe o pleito da FENAGTUR para discutir no período da tarde. Comenta a segunda Portaria a ser assinada, com a regulamentação do transporte turístico de superfície que define requisitos e critérios aos órgãos competentes, para o exercício da atividade. Considera ser um instrumento importante, informa que é a primeira versão, passível de aprimoramento. A terceira Portaria, do Mapa do Turismo representa o ato jurídico necessário para redefinir o espaço turístico, estabelecer critérios para caracterização das regiões turísticas brasileiras, portanto um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas. Na sequência, passa à assinatura para o Senhor Ministro Gastão Vieira, das Portarias que instituem os mecanismos de implementação da Lei Geral do Turismo e que responde aos pleitos emanados do Conselho. Pede para o Diretor Marcelo Lima Costa apresentar as propostas de reforma da Lei, com base nos subsídios enviados pelos conselheiros e também, relatar os procedimentos adotados. O **Diretor Marcelo Lima Costa (MTur)** revela consciência das dificuldades para alterar um dispositivo com a complexidade da Lei Geral do Turismo, com interesses variados e geradores de impactos relevantes na cadeia produtiva, o que exige um tempo de trabalho relativamente longo. Considera que a Lei cumpriu um papel importante e a atualização decorre da necessidade de retirar o que não contribui e inserir novos dispositivos com capacidade de constituir um mecanismo consistente de desburocratização, pois a intenção do Ministério do Turismo é que a lei tenha conteúdo transformador e seja portadora de futuro em termos de modernidade, promotora de ambientes de negócios, indutora da qualidade, produtividade e competitividade, além de facilitadora dos processos de gestão no âmbito do Sistema Nacional do Turismo. Cita como exemplo a transferência de recursos do Ministério do Turismo para órgãos delegados, uma coisa difícil e complicada. Apresenta o plano de ação para produzir a nova lei, que envolve a coleta de sugestões, elaboração de uma proposta inicial, discussão na Câmara Temática de Legislação, consulta pública, revisão, elaboração da proposta final e validação pelo Conselho Nacional de Turismo. O **Secretário Vinícius Lummertz** retoma a pauta inicial e passa a palavra ao Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Sr. **Sérgio Braune** que após cumprimentos fala sobre o término do ano de 2013 e a última reunião do Conselho do período. Ressalta as realizações da gestão do Ministro Gastão Vieira, que em dois anos conseguiu mudar a estrutura regimental do Ministério, mediante aprovação de decreto presidencial que elaborou o Manual de Convênios para normatizar um processo de atuação mais correto, promovendo segurança aos servidores. Comunica a autorização de novo concurso público com o edital e inscrições programadas para o mês de dezembro, gerando uma força de trabalho adicional com mais 52 servidores. Cita algumas ações realizadas na Secretaria Executiva voltadas para a Copa do Mundo e a entrega do Índice de Competitividade nacional, cuja média nas 13 dimensões elencadas pelo Brasil, capitais e não capitais, aponta a previsão de chegar a 70 pontos em 2016. Considera que o Ministério do Turismo está no caminho certo e deve alcançar as metas previstas no Plano Nacional de Turismo, por isso agradece a participação do Conselho em 2013. O **Secretário Vinícius Lummertz** passa a palavra ao **Secretário Fábio Mota** que presta contas dos dois anos que passou à frente da Secretaria Nacional de Programas e solicita que cada Diretor apresente as ações realizadas. O **Sr. Jean Marcel Fernandes (MTur)** relata as missões realizadas para captação de investimentos em eventos específicos para atração de investimentos privados para o setor. Diz que é atribuição da Diretoria realizar uma permanente interlocução com instituições financeiras federais, entidades representativas da cadeia produtiva do turismo e órgãos públicos, cujo trabalho desenvolvido é, na verdade, facilitar o acesso do setor privado brasileiro às linhas de financiamento, principalmente com as instituições federais. Apresenta trabalhos realizados a exemplo da renegociação do FUNGETUR para atendimento aos pequenos empreendedores, a revisão de linhas de crédito com a Caixa para Locadoras de Automóveis, negociação com o BNDES para continuidade do financiamento dos meios de hospedagem e outros equipamentos turísticos, a elaboração do guia do empreendedor com o SEBRAE e o acompanhamento de Fundos Constitucionais. O **Secretário Fábio Mota** explica que a estratégia é atrair investimentos privados e objetivamente, participam de rodadas de negócios em eventos pelo mundo inteiro, apresentando o produto Brasil com a estabilidade da economia, crescimento da classe C e D, e o novo Código Civil que garante os investimentos privados no país. O **Sr. Neosvaldo Ferreira Lima (MTur)** ressalta que o Ministério do Turismo tem um histórico dos 10 anos de criação executando o maior volume de emendas na Esplanada dos Ministérios, o que reflete no orçamento. Relata que em 2013 a execução está com 900 obras em análise, apesar de contar com uma equipe reduzida. Diz que as emendas individuais totalizam R\$ 350 milhões. Para a Copa 2014, existem 25 projetos e a programação atinge cerca de R\$ 130 milhões e até o presente consta de R\$ 99,5 milhões em análise. Entende como um grande feito, a entrada do Ministério do Turismo no PAC, um motivo de comemoração porque é um passo fantástico para o setor. O

**Sr. Carlos Henrique Sobral (MTur)** apresenta o Prodetur, concebido para fazer grandes obras de desenvolvimento do turismo. A partir de orientações do Ministro Gastão Vieira, foram estabelecidos critérios por meio da Portaria 112 e o programa hoje é voltado para atender as capitais do País e cidades com mais de um milhão de habitantes, utilizando recursos do Ministério do Turismo transferidos da OGU. Ressalta que os interessados na captação de recursos com agentes externos tem apoio do programa para a elaboração da documentação exigida através do Plano de Desenvolvimento do Turismo-PDITs, que envolve o diagnóstico do Pólo selecionado no estado, o Plano de Marketing, o estudos de avaliação ambiental e o planejamento econômico, com exceção apenas à parte da infraestrutura, que deve estar contemplada no PDITS. A **Sra. Marcela Dieckmann Jeolas (MTur)** informa que por orientação do Governo Federal teria apenas um programa de qualificação profissional para atender a todos os setores, não somente o turismo. Diz que cada Ministério precisou entrar no Pronatec para fazer o recorte segundo as especificidades de cada um e, a partir de 2012 houve a orientação ao Departamento de Qualificação para verificar como trabalhar de forma a atender o setor. Inicialmente, o programa era em uma única vertente, o PRONATEC Copa, e no segundo momento, por orientação dos órgãos de controle e pela necessidade de descentralizar a ação, por solicitação das secretarias estaduais e municipais de turismo foi criada uma rede para viabilizar a execução do recorte do turismo. Assim, o programa passou a ser trabalhado em parceria com os órgãos oficiais de turismo, que assumiram a responsabilidade pela elaboração do diagnóstico local das necessidades pela qualificação de pessoas para entrada no mercado de trabalho. Ressalta que o programa ainda não atende 100% do setor no que concerne ao aperfeiçoamento, e que várias reuniões foram realizadas no âmbito da Câmara Temática de Qualificação do Conselho. O **Secretário Fábio Mota** explica que o PRONATEC tinha dificuldades para decolar porque o Ministério do Turismo é centralizado em Brasília sem representação institucional nos estados e municípios, gerando problemas para fazer as pré-matrículas e que isso provocou a criação do demandante adjunto, credenciado na Secretaria de Turismo estadual e municipal. Lembra que o PRONATEC Copa na Empresa veio depois para capacitar profissionais que já trabalham em hotéis e no segmento como um todo e, em torno de 80% dessas pessoas que trabalham são proprietários dos estabelecimentos, em regime familiar, daí a dificuldade para mobilizar e realizar cursos fora. Com isso foi criado o PRONATEC na empresa com os parceiros. A **Sra. Marcela Dieckmann Jeolas (MTur)** relata a criação da Câmara Temática de Turismo no Conselho de Qualificação do MEC para discutir as necessidades do setor. Ressalta ainda que foi acatada a solicitação do representante da CONTRATUH para realizar diagnóstico de qualificação profissional, inicialmente a ser trabalhado com o Cadastur e no segundo momento, através de parceria, fazer uma pesquisa que envolva a rede hoteleira e demais segmentos. O **Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** indaga sobre as 94 mil matrículas no PRONATEC, quantos foram formados e quantos são trabalhadores empregados no setor. O **Secretário Fábio Mota** lembra que o programa é do MEC, um recorte foi transformado para o Ministério do Turismo e não detém todo o banco de dados do programa. A **Sra. Marcela Jeolas (MTur)** informa que foi criado um sistema de acompanhamento e captação de dados para gerar relatórios e algumas informações estão disponíveis no Ministério, indicando a quantidade de alunos desistentes, mas que não permite saber quantos dos formandos estão no mercado de trabalho, porque o dado não é informado pelo CPF, o que dificulta verificar se efetivamente ocorreram contratos formais. O **Secretário Vinícius Lummertz** lembra que no período da tarde ocorrerá o debate das temáticas apresentadas e pede licença para prosseguir com a reunião. A **Sra. Claudia Pessolas (ANSEEDITUR)** complementa que em Maceió são quatro secretarias fazendo inscrição no PRONATEC e foi formada a Comissão de Empregabilidade para visualizar os itens comentados pelo Paulo Solmucci. Informa que estão mapeando os números de inscritos, realizando visitação às salas de aula com os presidentes das entidades que podem gerar emprego para motivar e não ter evasão. O **Secretário Vinícius Lummertz** relata as ações da Secretaria Nacional de Políticas, com a prestação de contas de alguns programas. Passa para a apresentação do **Sr. Luiz Gustavo (FGV)** que ressalta a atuação conjunta da Fundação Getúlio Vargas, Ministério do Turismo e SEBRAE em um trabalho iniciado desde 2008 com pesquisas de campo nos municípios brasileiros para elaboração do índice, um indicador do Plano Nacional de Turismo. Sublinha que o trabalho acompanha os investimentos feitos pelo Ministério do Turismo da iniciativa privada, governos estaduais e municipais no turismo para apoiar os destinos no planejamento do setor. Informa que das 13 dimensões que compõem o índice geral, de uma possibilidade de zero a 100, os 65 destinos indutores do Brasil tiveram notas que mostram a necessidade do país avançar em relação a competitividade do destino. Diz que nessa última edição, com a pesquisa realizada no início do segundo semestre de 2013, o índice atingiu 58,8, sendo 66,9 a nota das capitais, enfim, bastante próxima da meta do Plano Nacional de Turismo, e das não capitais 53,1, o que mostra a necessidade de avançar para conseguir atingir a meta para 2016. O **Secretário Vinícius Lummertz** lembra a premiação ocorrida no dia anterior com 13 prêmios em cada dimensão, para não capital e capital, mais quatro prêmios de Melhores Práticas, e informa que esse processo, em 2014 ocorrerá via internet, em uma programação reforçada do Ministério do Turismo no âmbito das redes sociais. Em seguida fala do convênio estabelecido entre o Ministério e o SEBRAE, para cumprir uma meta importante que insere o programa de competitividade. O **Sr. Ítalo Mendes (MTur)** destaca que o Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro é uma das ações transversais do Ministério do Turismo e está numa agenda que vem ganhando cada vez mais relevância, define um conjunto de ações e investimentos divididos em eixos de trabalho. O primeiro com ações de gestão do conhecimento para subsidiar estratégias, pesquisas e estudos de políticas públicas para o turismo e o mapeamento de oportunidades de investimento no setor. O segundo é sobre a qualidade da gestão que envolve apoio para

certificação e mobilização do setor, promoção de seminários, cursos, oficinas e workshops de forma a aprimorar a gestão, em articulação com o setor privado. Abrange ainda a qualidade da gestão, boas práticas e certificação, incorporando uma série de requisitos voluntários de competitividade para o turismo. A **Sra. Ana Clévia Guerreiro (SEBRAE)** ressalta que a Cooperação Técnica e Financeira entre o Ministério e o SEBRAE contempla ações que vão ao encontro dos interesses da maioria das entidades do Conselho, com um conjunto de soluções em apoio à política pública do turismo. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** pergunta se pode ter acesso aos itens apresentados pelo Diretor Ítalo Mendes quanto ao convênio e se a pesquisa de meios de hospedagem e alimentação fora do lar abrange as 12 cidades-sedes da Copa e entorno. A **Sra. Ana Clévia Guerreiro (SEBRAE)** informa que a pesquisa é quantitativa e deve levantar uma série de informações, mas que o território ainda não está delimitado, porque o momento é de conversa para contemplar os interesses do SEBRAE quanto aos pequenos negócios e também atender os interesses do Ministério do Turismo e permitir um escopo mais amplo. Na questão do impacto econômico na hotelaria, a pesquisa considera a metodologia da FIPE em alguns aspectos para não perder dados existentes. O **Secretário Vinicius Lummertz** passa a palavra ao **Ministro Gastão Vieira** que cumprimenta a todos e a todas. Lembra que no início do ano de 2014 deixa o Ministério para voltar à Câmara dos Deputados, onde buscará êxito na reeleição que vai concorrer pelo Maranhão. Como última reunião faz um balanço das entregas ao Conselho, daquilo que foi feito ao longo de dois anos e afirma que o próximo ministro ou ministra do Turismo assumirá uma casa em ordem. Diz que desde 2012 funciona no Ministério do Turismo o primeiro Sistema Federal de Acompanhamento, em tempo real, daquilo que o Ministério libera para estados e municípios. Reputa como um marco importante a assinatura da Portaria nº 112 permitindo, pela primeira vez, disciplinar o repasse de recursos, estabelecer prazos e pré-condições, e o que é mais importante, ter um desempenho orçamentário e financeiro acima da média dos outros Ministérios. Anuncia a assinatura do termo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente para dotar 12 parques nacionais, próximos às cidades-sede da Copa, com um kit de infraestrutura no valor de R\$ 10,4 milhões. Reforça que a Copa do Mundo e as Olimpíadas não podem se transformar apenas em uma série de tarefas desempenhadas pelo Ministério do Turismo, e sim, tornar a Copa uma experiência memorável. Considera importante que o país aproveite esses eventos para preparar a sua plataforma de turismo competitivo em escala global. Ressalta que o legado de longo prazo do Ministério do Turismo e do ministro deverá ser a capacidade em operar uma profunda transformação no setor turístico brasileiro de forma a torná-lo mais competitivo e, nessa tarefa, pede que cada membro do Conselho assuma também a responsabilidade como sua, porque é uma ação que depende de toda a sociedade brasileira. Agradece a toda equipe do Ministério e ao Conselho, esperando que se torne cada dia mais produtivo e que oriente cada vez mais o grande desafio de desenvolver o setor. O **Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** dirige algumas palavras ao Senhor Ministro, primeiro para reconhecer tudo de positivo que aconteceu recentemente, a exemplo a retomada dos estudos de competitividade, que é uma prioridade do Ministério. Enfatiza a forma com tratou todas as críticas nos momentos difíceis, em especial a elegância que sempre se dirigiu as pessoas e o respeito às entidades e não poderia deixar de reconhecer o legado que deixa ao Ministério do Turismo, colocando a instituição na normalidade para contribuir em que todos esperam para o turismo e o Brasil. O **Secretário Vinicius Lummertz** passa a palavra ao **Sr. Wilken Souto (MTur)** que apresenta a Campanha do Turismo Acessível abrangendo metas com obras, qualificação, campanha nacional para sensibilização do setor e um site com informações turísticas para pessoas com deficiência. Destaca que a campanha permite a identidade visual do programa, a forma de comunicação a ser usada para dois públicos, sendo uma direta para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e outra para o *trade*, para sensibilizar quanto a adaptação e qualificação dos serviços e produtos. Pede a colaboração de todos na transformação da ação em um grande movimento para levar informação às pessoas com deficiência, que precisam de autonomia para viajar e usufruir dos benefícios da atividade turística. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** parabeniza o Ministério pelo Programa apresentado, da mais alta importância, lembra que o SINDEPAT, no dia anterior, realizou a quarta edição do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, permitindo a 32 mil deficientes um dia de lazer em 18 parques, em nove estados, gratuitamente. Demonstra interesse em se engajar no programa do Ministério. O **Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** parabeniza a ideia do site e sugere, com base no convênio de acessibilidade assinado com a Secretaria de Direitos Humanos, fazer uma ampla divulgação para dar instruções sobre o que e como fazer. O **Sr. Wilken Souto (MTur)** informa que o tema está contemplado em manuais, com o propósito de ilustrar pequenas adaptações, além de vídeos que revelam os erros de adaptações em relação às normas e aquelas que por vezes não atendem as necessidades. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** parabeniza a apresentação de um tema que nasceu na Câmara Temática de Segmentação e agora ganha corpo e visibilidade e diz que é importante envolver as demais Câmaras nesse segundo estágio. Pede para viabilizar a apresentação na reunião do Conselho Estadual do Turismo do Rio de Janeiro, em função das Paraolimpíadas. Chama a atenção de empresários e sugere que a CVC aproveite o site do Programa para dar maior visibilidade e propõe que a Assessoria de Comunicação do Ministério dê mais importância ao lançamento da campanha, para dar maior dimensão por ser uma agenda que transcende e mostra uma questão de civilidade. O **Sr. Wilken Souto (MTur)** destaca que o programa tem parceria com a Embratur e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, envolve ações da Secretaria de Programas com 100 obras, no valor de R\$ 84 milhões. Informa que está disponível para atender ao convite e apresentar o Programa no Conselho do Rio de Janeiro. O **Secretário Vinicius Lummertz** diz ser importante aceitar o convite formulado e lá registrar também a questão das obras que precisam ser feitas, que os recursos estão disponíveis para as 12

idades sedes da Copa e não estão sendo usados, o que é lamentável. O **Sr. Pedro José Galvão Alves (CNTur)** comunica que a ABAV Nacional realiza um grande fórum na Bahia sobre acessibilidade e sustentabilidade, com a participação da ABIH e ABRASEL para sensibilizar hotéis e restaurantes em relação a acessibilidade e convida o palestrante do Ministério do Turismo a participar. O **Secretário Vinícius Lummertz** enfatiza a necessidade de fazer um manual de acessibilidade o mais completo possível e destaca que poderia ser feito pelo Ministério com assinatura da ABRASEL, no caso de restaurantes e bares. Sugere construir um produto não só eletrônico, mas para ser entregue aos empresários, porque é um meio ativo que pode cumprir com as normas. O **Sr. Wilken Souto (MTur)** sugere colocar o assunto na Câmara Temática de Segmentação e começar a discussão dos manuais específicos para determinados tipos de empreendimentos. Lembra que esse programa complementa o Viaja Mais. O **Sr. Geraldo Bentes (SETUR/DF)** informa que Brasília começou a realizar o trabalho de acessibilidade em 10 pontos e destaca a grande dificuldade no que diz respeito à interpretação das normas. O **Sr. Wilken Souto (MTur)** informa que para edificação é utilizada a Norma 9050 da ABNT e que a mesma está em revisão. O **Secretário Vinícius Lummertz** faz nova inversão de pauta e passa a palavra ao presidente da Embratur, **Sr. Flávio Dino** que agradece os debates e contribuições propiciadas pelo Conselho durante os dois anos e meio em que teve a honra de dirigir a Embratur. Enfatiza que a sua primeira apresentação no Conselho foi exatamente sobre a temática da competitividade que considera ser das mais importantes. Comenta alguns dados preocupantes sobre a aviação e utiliza como referência as pesquisas do IBGE, que estão em dissonância com as informações que as empresas repassam à ANAC. Lembra que o discurso dominante das empresas de aviação é que a culpa do problema é dos passageiros que resolvem viajar em cima da hora, mas que o resultado da análise do IBGE revela uma variação das tarifas aéreas, da ordem de 270% de 2005 à 2012. Destaca que a razão pela qual a Europa avançou além da concorrência com outros modais de transporte, está no arcabouço institucional, com uma nova institucionalidade que leva às novas práticas com a criação de um mercado único de aviação. Diz que em 1993 as companhias aéreas passaram a ter direito de tráfego em todo o espaço aéreo da comunidade europeia, sendo instituído em 1997 um regime de liberdade tarifária, com cabotagem plena. Acha que a medida adotada propiciou um grande aumento nas viagens internas, com 44 milhões de passageiros adicionais, ampliação de 33% de viagens no continente, expansão do tráfego, crescimento do setor de viagens e turismo de outras indústrias, 1,4 milhões de novos empregos e ainda, o crescimento de R\$ 85 bilhões no PIB da Europa. Comenta que o Brasil cumpriu apenas a metade com a liberdade tarifária, com oferta limitada, uma invenção tipicamente brasileira, porque ou existe um regime de regulação forte, ou um regime de livre mercado com liberdade tarifária e muita oferta, para que a equação oferta-demanda seja adequada. Sublinha que trata esse tema apenas para afirmar que esse rearranjo institucional é fundamental nos próximos anos e, o lado disso precisa ter celeridade no Plano de Aviação Regional, não adianta ter aeroporto sem avião. Alerta os membros do Conselho sobre o que pode ser um desperdício de dinheiro público se não tiver a capacidade de ativar fluxos turísticos que deem conta de ocupar a infraestrutura aérea, o que demanda a existência de empresas de baixo custo fazendo voos regionais. Fala de outro tema que trata das ações de boas-vindas aos países com campanha específica na internet visando a apresentação do Brasil como destino turístico para as 31 seleções, associando-as às sedes onde irão jogar. Espera haver contribuído nesse período para o avanço do turismo brasileiro. Aproveita para registrar gratidão, dizer que incorpora à sua modesta biografia a honra de presidir a Embratur e integrar o Conselho Nacional de Turismo, em um momento bastante bom do turismo brasileiro, por isso agradece publicamente à presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Gleisi Hoffmann pela oportunidade de exercer tão elevada função. A **Sra. Cláudia Pessoa (ANSEEDITUR)** agradece a contribuição do Presidente Flavio Dino quanto ao trabalho desenvolvido. Comenta o legado que a Copa vai deixar para o país, a visibilidade para as cidades-sedes e sugere que seja estudada a possibilidade do vídeo apresentado servir como o apoio federal na divulgação das cidades-sedes para às cidades *Basecamp*. O **Sr. Flávio Dino** acredita que sim e pede ao Assessor, Sr. Valter Luiz Ferreira, que está presente, para cuidar do encaminhamento do material à ANSEEDITUR. O **Sr. Pedro José Galvão (CNTur)** comenta a grande preocupação dos agentes de viagens e operadores quanto às questões apresentadas sobre o transporte aéreo, que a solução seria a abertura dos céus do Brasil, e que o Conselho devia pensar dessa maneira. O **Sr. Flávio Dino** acrescenta a questão do assento no transporte aéreo, um caso bastante curioso para analisar pelos especialistas em *marketing*, sobre a invenção do chamado “assento conforto”. O **Sr. Cláudio Magnavita (ABRARJ)** comenta que as companhias aéreas estão com o discurso atrasado na redução de impostos, de transferência ao governo, não parecendo discurso de empresário que deve mostrar resultado e considerar cenários macros. Fala na questão da importação de peças e questiona a não atração de empresas estrangeiras para terem estoque de peças no Brasil e indaga por que transferir isso para as companhias aéreas. Ressalta a movimentação da Gol e da Tam na abertura de capitais, buscando jornadas com os investidores, em vez do endividamento, como foi o caso da Varig e da Vasp. Considera que se o marco dos 49% tivesse chegado a tempo, além do financiamento do BNDES, o conselheiro Guilherme Paulus não teria vendido a Webjet. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação da Presidência)** aproveita o tema sobre abertura do capital estrangeiro para as companhias aéreas, diz que o país precisa realmente mudar, as empresas não têm como crescer sem os incentivos. Concorda com a brilhante ideia do Conselho em fazer uma moção ao Congresso, aproveitando que documentos estão disponíveis e prontos para serem colocados em votação onde se usaria empresas com bandeira aberta, interessadas em fazer isso, o que seria um grande passo para a abertura dos céus brasileiros. Solicita apoio dos conselheiros Claudio Magnavita (ABRARJ) e Marcos Ferraz (BRAZTOA), acha importante o mercado dispor de mais

companhias aéreas e preços competitivos. O **Secretário Vinícius Lummertz** diante das questões levantadas lança a hipótese de aprovar na reunião uma moção na direção proposta, se for por unanimidade ou ampla maioria, porque encadearia um posicionamento do Conselho Nacional, na busca de resultados às questões levantadas. Indaga se há entendimento do Conselho para elaborar uma moção simples e, fica aclamada a proposta como favorável. Pede a redação de uma moção simples, englobando o que foi dito basicamente o enunciado da abertura de capital, no caso aqui até 49%, conforme citado para ampliar a participação do capital nas empresas. O Presidente da Embratur, **Sr. Flávio Dino** pede para aditar à moção a questão da aviação regional com o desenvolvimento de um programa, essencial para o turismo no Brasil. O **Secretário Vinícius Lummertz** destaca que são dois itens aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo a serem inseridos na moção para encaminhar ao Congresso Nacional e à Casa Civil da Presidência da República. O **Sr. Milton Zuanazzi (ABRASTTUR)** diz que esse setor é extremamente complexo, de estreita rentabilidade e talvez a área dos postos de combustíveis, que no fundo passa a sensação de ser um grande monopólio, trabalham com preços quase únicos, mas na verdade possuem curta rentabilidade. Lembra que o setor é muito dolarizado, suscetível à variação cambial e que o Brasil vive um momento de desvalorização do real. Sublinha que talvez a única coisa com capacidade de maior influência seria repensar o planejamento da aviação brasileira. Considera que há modernização na gestão das empresas em relação às três grandes antigas, mas que não tem um planejamento operacional em um mercado de baixa rentabilidade, com fatores externos de muita instabilidade. Acredita que a proposta de céus abertos pode ser uma solução, que difere da realidade da Europa que ocorre no ambiente da comunidade europeia e, na América do Sul talvez seja um primeiro passo e que a ideia deve estar inserida em um planejamento, com visão prospectiva para 20 anos. Em síntese acha que para fomentar a aviação regional é preciso uma política clara de fomento, ambiente de planejamento, pensamento estratégico, debate e enfrentamento das questões que aumentam os custos e que evidentemente incidem na questão dos impostos estaduais. Diz que o ICM único para a aviação é uma reivindicação justa e correta. O **Secretário Vinícius Lummertz** propõe criar uma comissão para tratar o assunto, a ser encaminhada pelo conselheiro Milton Zuanazzi e indaga se todos estão de acordo. Fica criada a comissão para tratar do tema e aprovado também para registro em ata, as duas moções em itens separados, mas dentro de uma mesma moção. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** manifesta o testemunho da área de Parques Temáticos e Atrações Turísticas com a receptividade recebida na Embratur e o apoio na elaboração do Catálogo Nacional da entidade. O **Sr. Marcos Ferraz (BRAZTOA)** coloca as dificuldades de atuação com as companhias aéreas com a retirada das comissões das agências de viagens, e a cobrança de comissão acima do preço do bilhete que não consta no site das companhias aéreas. Solicita colocar um pouco da comercialização no debate, assunto saudável para todos. O **Secretário Vinícius Lummertz** pede uma salva de palmas para o presidente Flávio Dino em sua última reunião do Conselho. Em continuidade às apresentações da Secretaria Nacional de Políticas passa a palavra ao **Prof. Neri dos Santos (UFSC)**, que após cumprimentos apresenta o estágio atual do “PNT em Ação” para dotar o plano com ações concretas nas atividades a serem desenvolvidas na perspectiva de 2022. Diz que o trabalho parte do marco lógico já apresentado em outras reuniões, que define uma Agenda Estratégica do ponto de vista econômico, social e ambiental. Informa que a apresentação e aprovação final pelo Ministério e a validação do Conselho está prevista para abril, com a entrega dos documentos citados. O **Secretário Vinícius Lummertz** agradece e diz que o grupo da UFSC e UFPR está aberto para receber os *inputs* do Conselho, através da Diretoria do Marcelo Lima Costa. Na sequência, solicita a apresentação do Mapa do Turismo Brasileiro e ressalta que no âmbito da Agenda Estratégica é preciso fazer com que as ações se encontrem com as estratégias de território, de fomento e de financiamento. O **Sr. Philippe Fauguet Figueiredo (MTur)** apresenta o Mapa do Turismo, um produto do Programa de Regionalização redesenhado em 2013, representando uma etapa do novo modelo do programa, construído de forma participativa com os colegiados para validar a proposta e que a assinatura da Portaria institucionaliza o programa, dando amparo legal. Fala do processo de atualização do Mapa com critérios, sugestões operacionais e caracterização da região turística como um conjunto de municípios com atrativos, serviços, equipamentos, acesso, bem como identidade comum, que pode ser cultural, turística e geográfica. O **Prof. Mário Beni (Indicação da Presidência)** aponta a necessidade urgente e impostergável de promover no Ministério do Turismo a integração entre as secretarias e os respectivos departamentos e cuidar para que a Política Nacional de Turismo funcione como o elo integrador entre as esferas de decisão governamental representadas pelos segmentos oficiais do sistema, os beneficiários e usuários da política. Além disso, ressalta que o desenvolvimento do turismo pressupõe atitudes, ações transversais, intersetoriais, conjuntas e integradas com outros Ministérios. Entende que o Programa de Regionalização precisa avançar com um novo modelo de gestão e urge instalar o Comitê Gestor do programa, progredir na discussão da Metodologia a ser aplicada e sugere pensar a proposta de estruturação da Escola Nacional de Gestores Públicos de Turismo, por meio de convênio com o Centro de Excelência em Turismo da UNB. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação da Presidência)** deixa registrado o trabalho excelente do Ministro Gastão Vieira e do Presidente da Embratur, Flávio Dino, Secretários Fábio Mota e Vinícius Lummertz, além da equipe do Ministério que realmente coloca o turismo em um caminho com futuro promissor. Considera que a atuação dos membros do Conselho é fazer um trabalho de planejamento para o futuro do país e um dos primeiros e mais importantes é a Lei Geral do Turismo, praticamente com quatro anos. Lembra a questão da corresponsabilidade solidária, embora tratada como projeto de Lei, precisa bastante cuidado, mudança urgente e tentar de qualquer forma o trâmite no Congresso Nacional, e Presidência da República. Ressalta ainda a Lei da Intermediação nos artigos

26 e 27, que demanda olhar com muito carinho, porque os agentes de viagens e operadoras, ganham do lucro obtido na venda de um pacote ou uma passagem, não pelo valor total e são tributados pelo valor total, levando a pequena e média empresa a permanecerem na clandestinidade, e isso tem que acabar. Trata do item acolhimento dos guias de turismo, muito importante porque faz o turismo acontecer, acolhe o cliente e deve ser reconhecido. Diz que hotelaria também enfrenta problemas com a nova lei que muda o horário de entrada e saída de hóspedes, mas precisa flexibilidade e tempo para arrumar um apartamento e, deixa o assunto como sugestão no art. 23, da Lei Geral do Turismo. Considera a necessidade de pensar seriamente quanto as perspectivas de mudanças de direção no Ministério do Turismo e Embratur, que os conselheiros deveriam ter a responsabilidade para indicar à Presidência da República quem desejam como ministro. Pede o consenso, sugere uma moção para indicar alguém que está no ramo, junto com as entidades e defende a indicação do Secretário Vinícius Lummertz, pelo trabalho que vem desenvolvendo e, sugere através de uma comissão, levar a questão à Presidenta da República. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** pede a atenção da Secretaria de Políticas sobre assuntos que podem afetar áreas de parques e de eventos, feiras, agentes de viagens e operadoras, quanto a assinatura da Portaria do Ministério da Justiça, nº 3.083, 25 de setembro de 2013, sobre o alvará de funcionamento, prevenção e proteção contra incêndio, ou autorização equivalente e respectivas datas de validade. Lembra que grandes eventos são decididos e os ingressos colocados à venda com bastante antecedência. Indaga como o Ministério pode ajudar a adaptar a lei em função da realidade operacional dos eventos do turismo. O **Secretário Vinícius Lummertz** considera necessária uma proposta para encaminhar o assunto, porque é do Ministério da Justiça. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** diz que a proposta é simples, deixar a obrigatoriedade em meios eletrônicos, site e hotsite no momento da venda e não em documento impresso. O **Secretário Vinícius Lummertz** sugere que a proposta seja redigida pela entidade e o Ministério do Turismo fica no aguardo para avaliar e encaminhar ao Ministério da Justiça, porque parece um pleito absolutamente modernizante. O **Sr. Alain Baldacci (SINDEPAT)** – manifesta em relação às apresentações do desempenho do Ministério e a fala do Secretário Fábio Mota, sobre os investimentos internacionais, as feiras em que o Ministério participou e lamenta porque não foram devidamente engajados no processo. Destaca que o setor de parques e hotelaria tem grande interesse em captação de investidores internacionais, e apesar das várias reuniões no Conselho, não ocorreu um chamamento ou pedido de adesão aos empresários, pois considera que seria interessante se pudessem participar. Enfatiza quanto ao Índice de Competitividade e diz que o setor de parques temáticos, museus e atrações turísticas, são alguns dos elementos de turismo para medir muito bem a competitividade e não estão inseridos na planilha dos setores contemplados na análise. O **Secretário Vinícius Lummertz** pondera que o setor pode estar inserido em equipamentos, porém fica o registro para verificação. A **Sra. Maria Rosalina Barbosa (CONTRATUH)** pede para não suprimir ou distorcer nas atas a fala do conselheiro. Reitera que na reunião anterior tratou sobre o trabalho intermitente e a não precarização do trabalhador, que a CONTRATUH estaria aberta ao diálogo para construir alguma coisa do interesse que concilie todas as partes. Lembra que na última reunião o Secretário falou que o trabalho temporário seria através de projeto de lei, porque alteraria a CLT e o conselheiro Alexandre Sampaio (FBHA) sugeriu que fosse por Medida Provisória. Pede para deixar o registro do descontentamento da CONTRATUH porque foi alterado o posicionamento da entidade. Agradece o empenho do ministro pela instituição do Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, em 26 de outubro, data de criação da CONTRATUH, em 1988. O **Secretário Vinícius Lummertz** diz que o Ministro Manoel Dias esteve no Ministério do Turismo, conversou sobre o trabalho temporário e que na ocasião ligou imediatamente para a CONTRATUH, como não houve contato ficou consignado que o assunto seria tratado no âmbito da comissão tripartite do Ministério do Trabalho. Concorde com o debate capital-trabalho, sempre tem questões específicas e considera a necessidade de buscar a negociação e pede para abrandar os termos usados no diálogo, caminhar com o relacionamento usual para a construção de um patamar de avanço para ambas as partes, inclusive na área empresarial. Solicita atenção para colocar em votação o pleito do presidente da ABRATURR, realizar no Ceará a primeira reunião do Conselho em 24 de março de 2014 e pede o apoio de todos para registro em ata. O **Sr. Ricardo Guerra (ABRAJET)** concorda que a reunião aconteça no Ceará, e lembra a proposta de estabelecer previamente as datas das reuniões do Conselho no primeiro semestre, em função do problema de voos e da Copa. Propõe objetivamente escolher uma data no período de fevereiro a maio para realizar reunião do Conselho, anterior a Copa do Mundo, evento da maior importância turística para o país. A **Sra. Irma Karla Barbosa (FENAGTUR)** lembra que o dia 24 de março coincide com o Congresso de Guias, em Goiânia. O **Secretário Vinícius Lummertz** destaca que certamente não vai dar para atender as entidades em todas as circunstâncias. Sugere dividir o assunto em partes, onde a primeira seria aprovar a realização da primeira reunião do CNT em 2014 no Ceará e após, estabelecer um calendário para as demais reuniões em maio ou junho, setembro e dezembro. Indaga se fica aprovada a reunião de março, um pleito da entidade, consignado pelo Ministro e a outra reunião do semestre, em maio. Coloca em votação e fica aprovado. Propõe realizar reunião das Câmaras Temáticas no mesmo período como oportunidade para conversar e detalhar os assuntos de forma concreta. A **Sra. Irma Karla Barbosa (FENAGTUR)** agradece a Portaria de Fiscalização e indaga sobre a forma de operacionalização, se junto com as Secretarias de Turismo Estaduais, envolvendo funcionários efetivos treinados como fiscais. Volta a falar dos cursos de qualificação para renovar a credencial dos Guias em cinco anos e que o próprio Ministério do Turismo pode qualificar via SENAC. O **Sr. Douglas Simões (ABETA)** considera boa a notícia que o Ministro do Turismo e a Ministra do Meio Ambiente, começam a falar sobre Parques Nacionais, ainda pouco para o segmento, mas um primeiro passo.

Propõe que o ICMBio, responsável pela atuação nos parques, participe do Conselho como representante do MMA. Comunica que no Congresso Nacional circula um projeto de Lei que autoriza a exploração mineral em parques nacionais, e considera ser algo a tomar cuidado, porque pode prejudicar uma das matérias primas do turismo brasileiro e defende a necessidade de entender a importância do turismo nestas áreas. **O Secretário Vinícius Lummertz** relata sobre os investimentos de R\$ 10,5 milhões nos parques pelo Ministério, mais uma apropriação do discurso do turismo brasileiro na questão dos parques do que o valor em dinheiro, pois apenas isso não resolve. Comenta o trabalho apresentado pelo Prof. Neri dos Santos (UFSC) sobre as prioridades estratégicas, onde são vistos os parques naturais, evidentemente com potencial, mas ainda com problemas e, busca saída, em conjunto com o grupo Semeia na elaboração de um marco de gestão para o futuro dos parques brasileiros, a ser apresentado ao MMA e ICMBio. Destaca que as boas ideias, dinheiro, modelo de gestão e pessoas para fazerem as coisas acontecerem são importantes e o trabalho do Semeia deverá classificar os parques viáveis para concessão de PPPs. Lembra o projeto da Agenda Estratégica para os Parques no âmbito do Termo de Cooperação ministério do Turismo e Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. **O Sr. Antonio Henrique de Paula (SENAC)** comenta a denúncia do conselheiro Douglas Simões de que a mineração está entrando nos parques porque é um setor estruturado, bom de *lobby* e a legislação brasileira permite, enquanto ao turismo não. Enfatiza que o turismo está ausente no CONAMA, não participa na elaboração da legislação de uso e ocupação do solo, mas é excepcionalizado por motivo de utilidade pública. **O Sr. Douglas Simões (ABETA)** pede licença para mandar um e-mail sobre o assunto aos conselheiros para que fiquem sabendo. **O Secretário Vinícius Lummertz** considera ser essa uma prática que pode ser adotada por todos. Ressalta que a ABETA tem muito a contribuir por conta do tema que atua e por ser um dos mais importantes em relação ao turismo ligado à natureza do Brasil. **O Sr. Pedro José Galvão (CNTur)** pede para falar em nome da ABAV e corroborar com as colocações do Guilherme Paulus quanto ao problema da solidariedade, que o agente de viagem às vezes paga pelo que não faz e que a aprovação da Lei nº 5.120 está no Congresso para ser votada, há 12 anos, e agora, através de petição do colégio de líderes deverá ir ao plenário. Solicita apoio para elaborar uma moção de aprovação a ser enviada pelo Conselho Nacional de Turismo. **O Secretário Vinícius Lummertz** indaga se todos concordam em apoiar o pleito, que parece razoável e fica aprovada a moção a ser assinada pelo Secretário Executivo e pelo Ministro, de origem conjunta da ABAV e BRAZTOA, apoiada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Turismo, composto por 70 membros e demais representados, dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados para ser levada a plenário. **O Sr. Elzário Pereira Júnior (ABBTUR)** revisa o documento da Matriz de Resultados e Encaminhamentos no tema “Propostas Estruturadas” do Conselho não inclui o pleito da ABBTUR quanto a retomada do CADASTUR para os Turismólogos e também informa que a entidade está fazendo a discussão com a categoria sobre a regulamentação da Lei nº 12.591 que reconhece o profissional, depois de 36 anos de existência, porém os Turismólogos não aceitam a lei de forma como ela está. Informa que a categoria luta por um projeto de lei para alteração e precisa que o Conselho tome ciência da decisão da categoria. No tema da Lei Geral do Turismo, ainda no documento Matriz de Resultados, a retomar do CADASTUR que também é um pleito da categoria, foi inserido e a sugestão é para cadastrar profissionais, técnicos de nível médio e guias de turismo, além dos de nível superior, como os tecnólogos e turismólogos. Pede ainda a retomada do grupo de trabalho interministerial montado para discutir a matriz curricular dos cursos de graduação e de tecnológicos de turismo e áreas afins. Enfatiza a indignação da categoria quanto ao pronunciamento do Deputado Federal Zveiter, do Rio de Janeiro, na abertura do Salão Estadual do Turismo que não sabia da existência do turismólogo. Diz que houve sugestão para encaminhar carta solicitando apoio ao ministro, outras ao presidente da Câmara dos Deputados e a Comissão de Turismo, solicitando audiência pública integrada com o Senado Federal com a Comissão de Trabalho e a Comissão de Turismo para discutir a importância do profissional. Comenta resultado de avaliação realizada e que apenas 150 municípios brasileiros com agências de viagem e que do 30 mil meios de hospedagem existentes, apenas 1,7 mil são comercializados no país. Ressalta que a entidade apresentou a proposta de um programa para construir uma rede brasileira de hospedagem domiciliar, que está pronta, mas ainda não obteve resposta do Ministro e solicita um retorno. **O Secretário Vinícius Lummertz** desconhece a proposta e sugere que o conselheiro agende para conversar com o Diretor Marcelo Costa e o Coordenador Jair Galvão. **O Sr. Elzário Pereira (ABBTUR)** registra ainda a participação da ABBTUR em reunião com o MDIC sobre a nomenclatura brasileira de serviços intangíveis com o uso de expressões inexistentes sobre os serviços turísticos e diz que a revisão interessa aos turismólogos. **A Sra. Maria José Giaretta (FBAJ)** ressalta que os albergues da juventude ficaram fora da tipologia na Lei Geral do Turismo e que em cada lugar do Brasil são registrados de forma diferenciada. Comenta que nos últimos anos tudo que não se encaixa em qualquer outro meio de hospedagem se autodenomina *hostel*, uma nomenclatura mundial. Ressalta que a rede é formada pelos afiliados ao movimento internacional, e que não fazem parte da cobrança de diárias abusivas nos hotéis para a Copa do Mundo. **O Secretário Vinícius Lummertz** pede para que a conselheira trate o assunto da classificação com o Jair Galvão na próxima vinda a Brasília para fazer os encaixes. **O Sr. Luiz Edgar Tostes (ABRACAMPING)** solicita moção de pontualidade nas reuniões do Conselho, que começam com atraso e incide na parte que diz respeito às manifestações dos segmentos do turismo. Sugere que a pauta da reunião estabeleça um cronograma com definição de tempo para cada conselheiro. **O Secretário Vinícius Lummertz** realça a dificuldade das pessoas de entrarem no tema específico e serem sucintas. Considera uma questão de disciplina e a única forma talvez seja interromper a fala do conselheiro e quanto ao início da reunião precisa ter o quórum. **O Sr. Luiz Edgar Tostes**

(**ABRACAMPING**) fala no incremento do turismo rodoviário em função dos preços das passagens aéreas e lembra que na última reunião sugeriu realizar uma articulação com petroleiras e entidades de classe do setor para montar estruturas condizentes nas estradas, porque preocupa o período da Copa do Mundo. Indaga se já houve uma gestão do Ministério nesse sentido e solicita que o convênio do Ministério com o Guia 4 Rodas para a classificação de hotéis, conste os albergues e campings. Pede ainda que a negociação com o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente, para incentivar a visitação aos parques, insira a possibilidade de implantação de campings, como já acontece nos Estados Unidos. O **Secretário Vinicius Lummertz** relembra o esforço feito há três reuniões para que as excelentes proposições dos conselheiros sejam mais estruturadas, para torna-se encaminhamento na forma de um anteprojeto, pois fica mais fácil para trabalhar e negociar. Diz se a proposta foi repassada ao Ministério poderá ser retomada. O **Sr. Mário Ferreira Neto (CAIXA)** cumprimenta o Ministério pelo ano produtivo, com avanços principalmente no planejamento e reestruturação dos programas existentes, permitindo a continuidade dos investimentos no turismo. Alinhado à apresentação realizada pelo Departamento de Financiamento, Promoção e Investimento do Turismo, diz que a Caixa, de janeiro a outubro colocou mais de R\$ 6 bilhões no setor, representando um crescimento de quase 19% em relação ao ano passado. Revela que dentre os usuários do Cartão Turismo, o setor de parques temáticos foi o que mais cresceu em volume de dispêndio, com 40%, e o destaque negativo foi o preço das companhias aéreas, com 27%, crescendo apenas 12%. Informa a ação da Caixa focada nas 12 cidades-sede da Copa em apoio aos empresários de turismo para modernização de instalações de equipamentos, renovação e aumento de estoque com linhas especiais. O **Sr. Marco Ferraz (BRAZTOA)** comunica a 41ª edição dos eventos BRAZTOA, junto com a 2ª edição da WTM, em São Paulo, de 23 a 25 de abril e que a primeira edição em 2013 recebeu mais de 1,5 mil expositores internacionais, com 50 países, 8 mil visitantes, 150 compradores internacionais, mas que havia pouco Brasil dentro da feira o que resultou em mais compras da América Latina. Convida os conselheiros que precisam de apoio com relação a stands, convida a ANSEEDITUR e FORNATUR para fazerem uma reunião. O **Sr. Mário Nascimento (CNM)** comunica a criação da Organização Brasileira das Cidades Patrimônio Mundial e da Associação Brasileira das Cidades Históricas e Turísticas do Brasil, declaradas pelo IPHAN, com diretoria consolidada na CNM. Solicita agenda com o Secretário Vinicius Lummertz para discutir ações do Ministério do Turismo em apoio a essas cidades. O **Secretário Vinicius Lummertz** comenta que uma das quatro prioridades da Agenda Estratégica aprovada pelo Conselho trata as cidades históricas e turísticas. O **Sr. Mário Nascimento (CNM)** sugere fazer algumas parcerias, porque as 12 cidades patrimônio mundial e as 180 cidades históricas declaradas pelo IPHAN representam o que é de mais importante na cultura brasileira. Propõe agendar reuniões e diz ser possível avançar em 2014, são muitas oportunidades para buscar recursos, lembra que os Ministérios das Cidades, da Saúde, Educação, e outros podem agregar projetos prioritários. O **Secretário Vinicius Lummertz** deseja um Feliz Natal a todos os presentes, agradece a todos que ficaram até o final de uma reunião que considera das mais produtivas em seu período no Ministério, em termos de Conselho, e não obstante às limitações de tempo e organização sai bastante feliz. Agradece a todos pelo resultado e, em nome do Senhor Ministro Gastão Vieira, presidente do Colegiado, dá por encerrada a 42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo.

**Gastão Dias Vieira**

Presidente

**Vinicius Lummertz**

Secretário Executivo do CNT